266ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Data: 10 de junho de 2026
Horário: 10h30

1. Posse de membro suplente representante do Coegemas/MS:
Tomou posse membro suplente representante do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Mato Grosso do Sul (COEGEMAS/MS), a Senhora Virgínia Correia Mota Ribeiro, representante do município de Glória de Dourados.

2. Implementação e atualização dos Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul:
A conselheira Liliam Veronese (CONSEP/OAB) alertou que apenas 11 dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul possuem conselho municipal instituído, ressaltando a urgência de ampliar essa adesão para defender direitos, fiscalizar políticas públicas e promover a acessibilidade. Para reverter esse cenário, o CONSEP colocou-se à disposição para oferecer apoio técnico, orientação e capacitação aos municípios na criação, estruturação e elaboração de normativas para novos colegiados inclusivos.

3. Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências:
A coordenadora Creusa informou que a adesão é obrigatória a todos os municípios para garantir o acesso a recursos federais em emergências ou calamidades. O termo não gera obrigações imediatas, mas exige aprovação do CMAS via resolução e registro no Rede SUAS.

4. Pactuação da pesquisa para elaboração do "Panorama Estadual das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas de Mato Grosos do Sul:
Foi pactuada a pesquisa para mapear a rede de acolhimento a idosos nos 79 municípios, via questionários na plataforma do Estado para unidades e gestores. A ação visa atualizar o diagnóstico da rede (incluindo integração SUAS/SUS), embasar debates nacionais na CIT e reforçar que a gestão do acolhimento cabe à Assistência Social, mesmo quando executada por OSCs. Os resultados serão apresentados na próxima CIB.

5. CIPTEA – Necessidade de orientação aos municípios diante das demandas apresentadas pelos técnicos durante o SUAS em Ação:
A técnica Maria Cristina e a Secretária de Estado Dra. Patrícia Cozzolino detalharam a emissão da CIPTEA, documento digital (via app MS Digital ou portal) que garante prioridade no atendimento. Reforçou-se a exigência de laudo emitido por médico habilitado, a integração entre Assistência, Saúde e Educação, e que decisões judiciais suprem a comprovação legal para crianças

acolhidas**.** A demanda apresentada pela OAB por um cadastro estadual para outras deficiências foi encaminhada à Secretaria de Estado da Cidadania.

6. Ranking de participação dos municípios nas formações técnicas e capacitações de Educação Permanente:
A coordenadora Patrícia Noleto apresentou o balanço das capacitações até maio de 2026, registrando 920 participantes e 736 certificações (superando 2025). Destacou o lançamento de novos cursos, a oferta de EAD e a continuidade do projeto *SUAS em Ação* nos municípios de Três Lagoas, Coxim e Corumbá, além de novas formações estaduais virtuais e presenciais.

7. Aprovação e pactuação do Resumo Executivo da 265ª Reunião Ordinária:
Foi solicitado aos membros da Mesa a pactuação e aprovação do Resumo Executivo da última Reunião Ordinária da CIB/MS, que foi aprovado pelos presentes.

Inclusão de pautas (SEAD):

- Observatório de Cidadania;
O professor representante da UFMS apresentou a plataforma digital desenvolvida em parceria com o Governo do Estado, que reúne dados e indicadores sociais de fontes oficiais dos 79 municípios de MS**.** Abrangendo diversos segmentos (povos originários, idosos, PCDs, quilombolas, LGBTQIA+, mulheres), a ferramenta busca subsidiar a tomada de decisões e qualificar o planejamento das políticas públicas, com convite final para acesso ao site e redes do Observatório.

- **Relatório de Gestão;**
Foi apresentada e aprovada por consenso na CIB a proposta de prorrogação do prazo para entrega do Relatório de Gestão, originalmente previsto para junho. Com a extensão de 30 dias, o novo prazo limite ficou fixado para 30 de julho.

- Interlocução das Ações das Secretarias na realização dos eventos;
O Presidente do Coegemas solicitou o fortalecimento da interlocução entre a SEAD e a Secretaria da Cidadania para alinhar as ações estaduais. Em resposta, a Dra. Patrícia informou que dará prosseguimento às articulações sobre o Cadastro Estadual da Pessoa com Deficiência e o calendário de eventos do 2º semestre, comprometendo-se a trazer um retorno na próxima reunião da CIB.

Inclusão de informes (SEAD):

- SISC;
O técnico Renan (Proteção Social Básica) alertou que o prazo para lançamento de dados no SISC encerra-se em 20 de junho, reforçando a obrigatoriedade do seu cumprimento. Orientou os municípios a não deixarem o preenchimento para os últimos dias para evitar congestionamentos no sistema do Governo Federal, colocando a equipe técnica à disposição para enviar materiais informativos e orientações.

- Encontro Regional do Centro-Oeste de Proteção Social Básica no Domicílio – Primeira Infância no SUAS;
Foi destacado o evento que ocorrerá nos dias 30 de junho e 1º de julho, na UEMS**,** ofertando 450 vagas com presença do MDS e de representantes dos estados do Centro-Oeste. Os ofícios já estão sendo encaminhados aos municípios e as inscrições podem ser realizadas por meio da Escola do SUAS**.**

- Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC);
Foi destacada a importância da participação dos municípios nas capacitações realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal, visando à qualificação da gestão do Programa Bolsa Família. Reforçaram que as inscrições permanecem abertas e que as orientações estão disponíveis junto à Proteção Social Básica e à equipe do Programa Bolsa Família.

- **Seminário Estadual para o Aprimoramento da Gestão Financeira e Orçamentária do Fundo Nacional e do Fundo Estadual de Assistência Social (FNAS Pelo Brasil);**
Foi divulgado o seminário destinado a gestores e técnicos da gestão financeira e dos Fundos de Assistência Social, a ser realizado nos dias 23 e 24 de junho, com inscrições pela Escola do SUAS, ressaltando a importância da participação dos municípios. Também foram apresentados eventos voltados à Primeira Infância e à Proteção Social Especial, com destaque para a articulação entre o SUAS e o Sistema de Justiça.

- **Pendências dos instrumentos de gestão e prestação de contas dos municípios**;
Foram destacadas pendências referentes ao Demonstrativo Sintético, Relatório de Gestão, Plano de Ação do FEAS, PMAS 2026–2029 e Conselhos Municipais com mandatos vencidos. O prazo do Relatório de Gestão foi repactuado para 30 de julho, permanecendo a equipe técnica à disposição para orientações. A Senhora Taciana Silvestrini, alertou que a não regularização poderá acarretar suspensão do repasse do FEAS, conforme normativa estadual.